Autoria e autoridade nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD/2021

Authorship and Authority in PNLD 2021 Textbooks for Applied Humanities and Social Sciences

Nádia Narcisa de Brito Santos*
José Petrúcio de Farias Júnior**
Carla Silvino de Oliveira***

RESUMO

O artigo problematiza as noções de autoria e autoridade nas obras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) selecionadas no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021, com base em dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A pesquisa fundamentou-se na análise de conteúdo de documentos escritos e dialoga com aportes teóricos de Foucault (2001), Choppin (2002; 2004), Ralejo (2018), Ralejo e Monteiro (2020). Consideramos que a autoria no livro didático se constitui como prática de mediação, isto é, atravessada por normativas legais, diretrizes curriculares e interesses editoriais. O(a) autor(a) emerge como coautor(a) de um texto coletivo, produzido na intersecção entre conhecimento acadêmico, políticas educacionais e

ABSTRACT

This article examines the notions of authorship and authority in Applied Humanities and Social Sciences textbooks selected under the *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD, Brazilian National Textbook Program) 2021 cycle, drawing on data from the *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE, National Fund for Education Development). The study is grounded in qualitative content analysis of documentary sources and engages with theoretical contributions by Michel Foucault (2001), Alain Choppin (2002; 2004), Ralejo (2018), Ralejo and Monteiro (2020). We argue that authorship in textbooks constitutes a mediating practice, shaped by legal regulations, curricular guidelines, and publishing interests. The author thus emerges as a co-producer of a collective

* Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil. nadiabrito45@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0001-5197-5826>

** Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil. petruciojr@terra.com.br <https://orcid.org/0000-0002-7631-0705>

*** Universidade Federal do Piauí (UFPI), Picos, Piauí, Brasil. carlasilvino@ufpi.edu.br <https://orcid.org/0000-0002-6330-3995>

demandas sociais. Assim, a autoria configura-se como situada, relacional e negociada, inscrita em um campo de forças que condiciona a produção do conhecimento histórico escolar.
Palavras-chave: História; Ensino de História; Livro didático.

text, situated at the intersection of academic knowledge, educational policies, and social demands. In this sense, authorship is understood as situated, relational, and negotiated, embedded within a field of forces that structures the production of school knowledge in history.
Keywords: History; History Education; Textbooks.

Na condição de artefato destinado à escolarização, o livro didático convoca uma compreensão de autoria que ultrapasse o gesto criativo individual. Interrogá-la implica, antes de tudo, problematizar os sentidos historicamente atribuídos à própria figura do(a) autor(a) e às condições que tornam possível a produção e a circulação do conhecimento escolar. Longe de se reduzir ao nome do(a) escritor(a) que figura na capa da obra, a autoria, no campo do livro didático, inscreve-se em um horizonte mais amplo e complexo, no qual se entrelaçam práticas editoriais, narrativas institucionais e formas de legitimação que participam da produção, da validação e da difusão do conhecimento no interior da cultura escolar. É nesse quadro interpretativo que se inscreve o presente trabalho.

Os documentos submetidos à análise nesta pesquisa compreendem as obras aprovadas e selecionadas por professores da rede pública brasileira, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021, especificamente aquelas pertencentes à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), sendo essa seleção pautada em dados estatísticos fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).[1] O Guia de Livros Didáticos do PNLD/2021, em consonância com os dispositivos normativos decorrentes da Reforma do Ensino Médio, procedeu a organização das coleções em conformidade com as áreas do conhecimento, tal como apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de contemplar obras didáticas específicas.

As produções de CHSA que dialogam com o componente curricular Matemática consistem em:[2] *Dimensões: ciências humanas e sociais aplicadas em diálogo com a Matemática,* de Ricardo de Castilho Selke, Angel Honorato, Felipe Fugita, Michely Alves Tonett, Claudia Moreira Garcia (2020); *Cenários*

para investigação: humanidades e matemática em contexto, de Brunna Paulussi e Juliana Grassmann (2020); *Conexões: ciências humanas e sociais aplicadas e matemática*, de João Felipe Salomão (2020); *Diálogo: ciências humanas e sociais aplicadas e matemática*, de Ana Flávia Dias Zammataro e Eduardo Neto (2020).[3]

A coleção objeto de análise correspondente exclusivamente à área de CHSA intitula-se *Multiversos: Ciências Humanas*,[4] dos autores Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio Furquim Júnior. Estruturada em seis volumes, a obra articula temáticas específicas que perpassam as múltiplas dimensões da experiência humana. Os volumes que compõem a coleção abordam, respectivamente, os seguintes eixos temáticos: *Globalização, tempo e espaço*; *Populações, territórios e fronteiras*; *Sociedade, natureza e sustentabilidade*; *Trabalho, tecnologia e desigualdade*; *Ética, cultura e direitos*; e *Política, conflitos e cidadania*. Cada tomo manifesta uma intencionalidade pedagógica orientada à problematização das dinâmicas sociais, históricas e culturais, em consonância com as premissas do novo ordenamento curricular da Educação Básica.

O estudo que ora empreendemos também foi conduzido à luz dos pressupostos da análise de conteúdo aplicada a documentos escritos. Nesse percurso, privilegiamos tanto a descrição quanto a explicação dos elementos narrativos que anuíram os documentos. "A análise de conteúdo tem por objetivo classificar o conteúdo dos textos, na medida em que aloca as declarações, sentenças ou palavras a um sistema de categorias, [...] o método [configura] uma mistura de 'técnica analítica' e procedimento de coleta de dados, sendo usado para coletar e classificar informações [...]." (Flick, 2013, p. 134-135).

Trata-se, pois, de uma opção metodológica que transcendeu à mera aplicação de técnicas de categorização e quantificação textual, já que se inscreve em um esforço hermenêutico de fôlego, cujo propósito foi desvendar os modos pelos quais os sentidos foram engendrados, ocultados e/ou reiterados. A leitura dos textos didáticos, nesse cenário, não se limitou à superfície de suas formulações explícitas; ela se voltou às intencionalidades subjacentes, às estratégias de representação e às disputas que os atravessaram, convertendo-os em artefatos de memória, poder e formação.

AUTORIA E AUTORIDADE NO LIVRO DIDÁTICO DE CHSA

No horizonte interpretativo mobilizado por Ralejo e Monteiro (2020), a autoria do livro didático afasta-se de maneira decisiva da concepção clássica que a associa à soberania intelectual de um sujeito criador isolado. Longe de insurgir como expressão de um gesto autoral livre e autônomo, a produção do livro didático revela-se como resultado de um processo denso e intricado de negociações no qual intervêm múltiplos agentes e instâncias institucionais. Nesse sentido, Ralejo e Monteiro (2020) assinalam que:

> Essa atribuição de função não se situa somente no papel de uma pessoa, mas de uma equipe ampla que atua desde o projeto até a impressão do livro em sua versão final. Estão incluídos aí editores, ilustradores, *designers* gráficos, revisores, dentre muitos outros. Todos eles atuam produzindo significados sobre o que deve ser ensinado. Assim, defendemos que a editora, composta por essa variedade de funcionários, também constitui parte da autoria porque passa a exercer também a função-autor (Ralejo; Monteiro, 2020, p. 129).

Autores(as)-escritores(as), editores(as), ilustradores(as), *designers* gráficos, revisores(as) e avaliadores(as) participam, de modo articulado, da tessitura do material didático, ao atuar em permanente interlocução com os marcos legais e as diretrizes curriculares que delimitam, em cada cenário histórico, aquilo que pode, deve e é legitimado como ensinável no interior da escola. Como observa Ralejo (2018), a produção do livro didático deve ser compreendida como um campo de mediações institucionais no qual diferentes agentes e interesses se entrelaçam, porquanto configura um espaço de disputas e negociações em torno da definição do conhecimento escolar legítimo.

É justamente na intersecção dessas múltiplas instâncias que o conteúdo inscrito no livro didático adquire o estatuto de conhecimento socialmente autorizado e pedagogicamente validado. Embora a autoria opere como ponto de ancoragem da obra, ao organizar e assumir a responsabilidade pela coerência narrativa do texto, é a autoridade, constituída na convergência entre o capital intelectual do(a) autor(a) e os mecanismos institucionais de validação que sustenta a credibilidade e a força de veridicção[5] atribuídas ao conhecimento histórico veiculado no espaço escolar. Nesse sentido, a legitimidade do livro didático não se encontra circunscrita ao nome que o assina, mas emerge de

um complexo arranjo institucional que envolve políticas públicas de avaliação, critérios curriculares e mecanismos editoriais de consagração.

Diagramadores, revisores e *designers* gráficos, entre outros agentes da cadeia editorial, inscrevem na obra um conjunto de signos visuais e estéticos que dialogam (ou não) com a proposta pedagógica elaborada pelo autor(a) do texto. Como assinala Cavalcanti (2016, p. 266), "os profissionais que trabalham na área da editoração [...] imprimem um conjunto de símbolos visuais e estéticos num diálogo estabelecido com a proposta pedagógica sugerida pelo profissional que escreve o texto". Sob essa perspectiva, esses profissionais também participam da função autoral, uma vez que o livro didático não se reduz à dimensão textual.

A materialidade gráfica, o arranjo visual das páginas, a seleção e o posicionamento das imagens, bem como a organização dos elementos gráficos constituem, igualmente, meios de produção de sentido. Não por acaso, Cavalcanti (2016) destaca que o *layout* estético deve ser compreendido como uma construção política de significados capazes de orientar interpretações e de oferecer determinadas possibilidades de leitura sobre aquilo que se apresenta em cada página da obra. Desse modo, o projeto gráfico e imagético integra o processo das práticas curriculares que o livro didático mobiliza, ao contribuir para articular ou tensionar as diversas narrativas que o compõem, sejam elas textuais, visuais ou gráficas.

Além disso, a elaboração do livro didático encontra-se submetida às exigências normativas estabelecidas pelas políticas públicas educacionais, notadamente pelos editais do PNLD, que definem critérios para avaliação e seleção das obras destinadas às escolas públicas. A chamada etapa de validação constitui um momento decisivo nesse processo, pois é nela que se materializa a negociação entre a proposta autoral e os critérios estabelecidos pelos instrumentos regulatórios. Essa negociação envolve, de forma indissociável, três dimensões fundamentais: (i) o conteúdo (o que é escrito), (ii) a forma (como é escrito) e (iii) a dimensão didático-metodológica (como se propõem as atividades e estratégias de ensino). As dimensões mencionadas não são definidas exclusivamente pela intencionalidade do(a) autor(a), mas são constantemente tensionadas pelas diretrizes editoriais e, sobretudo, pelos parâmetros estabelecidos pelo edital do PNLD e pela BNCC.

No âmbito da validação editorial, o edital do PNLD funciona como um

instrumento normativo estruturante. Ele estabelece critérios rigorosos que abrangem desde a adequação conceitual e atualização científica até aspectos relacionados à inclusão, diversidade, acessibilidade e alinhamento curricular. Assim, o autor é constantemente convocado a revisar, adaptar ou reformular sua proposta inicial para atender a tais exigências. Esse movimento implica, muitas vezes, concessões e reconfigurações narrativas, nas quais determinadas abordagens teóricas, escolhas temáticas ou estratégias didáticas são ajustadas em função da possibilidade de aprovação na avaliação oficial.

Paralelamente, a BNCC opera como um referencial curricular obrigatório que orienta a organização dos conteúdos e competências a serem desenvolvidas. Sua influência no processo de validação é significativa, uma vez que os avaliadores do PNLD consideram a aderência das obras às competências gerais e específicas definidas no documento. Nesse sentido, a negociação entre autor e editor envolve também a tradução pedagógica da BNCC, isto é, a transformação de seus enunciados normativos em propostas didáticas concretas, coerentes e aplicáveis ao contexto escolar.

A dimensão metodológica das atividades propostas nos livros didáticos constitui outro ponto sensível dessa negociação. As editoras tendem a demandar a inclusão de atividades que dialoguem com metodologias ativas, avaliação formativa e desenvolvimento de competências, em consonância com as orientações para a Educação Básica. Contudo, tais demandas nem sempre coincidem integralmente com a perspectiva teórico-metodológica do autor, o que gera um espaço de tensão produtiva, no qual se busca equilibrar rigor acadêmico, viabilidade pedagógica e adequação normativa.

Ademais, é importante destacar que esse processo de validação não se limita a uma instância técnica, mas envolve também aspectos simbólicos e políticos. A aprovação de uma obra no PNLD implica sua inserção em um mercado editorial altamente competitivo e regulado, o que reforça a necessidade de conformidade com os critérios estabelecidos. Nesse sentido, a negociação entre autor e editor pode ser interpretada como uma estratégia de mediação entre a autonomia intelectual e as exigências institucionais, revelando os limites e possibilidades da autoria no campo dos livros didáticos.

Nessa dimensão, a escrita do texto didático precisa manter-se em sintonia com um conjunto de parâmetros curriculares, pedagógicos, técnicos e mercadológico previamente estabelecidos, o que reforça o caráter coletivo e

institucional da autoria. Desse ponto de vista, a autoria é relativizada enquanto instância autônoma e passa a ser concebida como uma construção coletiva e regulada. Como assinala Roger Chartier (2022b, p. 614), "[...] entre o manuscrito de autor e a página impressa lida pelo leitor, há uma série de mediações que implicam técnicas, lugares, agentes diferentes", o que nos obriga a deslocar a compreensão da autoria para além da figura individual e soberana do escritor. Nessa mesma direção, Cavalcanti (2016, p. 269) observa que todos os profissionais envolvidos no processo editorial "desempenham a função de autor, entre as distintas etapas constitutivas de um mesmo livro", razão pela qual o material didático pode ser compreendido como um "filho de muitos pais e muitas mães", dependendo de um amplo conjunto de mediações materiais para adquirir existência.

Para Rüsen (2011), um livro didático capaz de cumprir sua função formativa deve apresentar um conjunto de características estruturantes, entre as quais se destacam a clareza de seu formato, a organização didática dos conteúdos, a construção de uma relação produtiva com os estudantes e sua articulação orgânica com a prática pedagógica em sala de aula. Como assinala o autor, "em toda sua estrutura, o livro didático tem que levar em conta as condições de aprendizagem dos alunos e alunas" (Rüsen, 2011, p. 116), ajustando-se à sua capacidade de compreensão, particularmente no que concerne ao nível de linguagem mobilizado. Todavia, essa adequação não se restringe à mera inteligibilidade textual: ela implica a elaboração de um arranjo narrativo, visual e didático capaz de fomentar a formação do pensamento histórico, ao promover a mediação entre o conhecimento historiográfico e os horizontes cognitivos e culturais dos estudantes.

No escopo desta investigação, essa compreensão adquire contornos ainda mais nítidos, uma vez que a análise das obras evidencia que a autoria dos livros didáticos listados se encontra imbricada à atuação das casas editoriais responsáveis por sua produção. Longe de constituir uma instância externa ou meramente instrumental, a editora revela-se como parte constitutiva do próprio processo autoral, pois se configura como um espaço no qual se articulam decisões intelectuais, pedagógicas e normativas.

Por exemplo, a obra *Dimensões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática* indica, de maneira explícita, a autoria coletiva de Ricardo de Castilho Selke, Angel Honorato, Felipe Fugita, Michely Alves

Tonett e Cláudia Moreira Garcia (2020), o que evidencia um modelo de produção compartilhada. Em *Cenários para investigação: Humanidades e Matemática em contexto*, a capa e a ficha técnica conferem centralidade à figura das organizadoras Brunna Paulussi e Juliana Grassmann (2020), o que sinaliza uma autoria mediada por organização editorial.

Na obra *Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática*, observa-se a atribuição autoral a João Felipe Salomão (2020), ao passo que a capa e a ficha técnica destacam a atuação do editor Mateus Coqueiro Daniel de Souza, o que explicita a distinção entre autoria intelectual e intervenção editorial. Em *Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática*, a autoria aparece vinculada explicitamente à editora Moderna, sendo indicados como editores responsáveis Ana Flávia Dias Zammataro e Eduardo Neto (2020), o que reforça a centralidade institucional da editora no processo de produção da obra. Por fim, em *Multiversos: ciências humanas*, os autores da obra foram Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Jr.

Cumpre salientar que apenas as obras *Dimensões* e *Multiversos* atribuem centralidade explícita a sujeitos autorais identificáveis, tanto nas capas quanto nas fichas técnicas. Essa opção editorial não é fortuita: ela sinaliza modos diferenciados de conceber e publicizar a autoria no interior do *corpus* analisado, porquanto demonstra que, ainda sob um mesmo marco regulatório, coexistem distintas estratégias de inscrição do nome do(a) autor(a) e, por conseguinte, diferentes formas de construção da autoridade narrativa no livro didático escolar.

No caso da obra *Dimensões*, a autoria é atribuída de forma coletiva a Ricardo de Castilho Selke, Angel Honorato, Felipe Fugita, Michely Alves Tonett e Cláudia Moreira Garcia, configurando um modelo autoral que se pretende coerente com a proposta interdisciplinar anunciada pelo próprio material. Trata-se de um volume único que se destacou como a obra mais adotada para a integração entre as áreas de CHSA e Matemática, conforme dados do FNDE, escolha justificada, segundo a introdução do livro, pelo compromisso em desenvolver "[...] competências e habilidades relativas a essas duas áreas do conhecimento" (Selke *et al*., 2020, p. 3).

Ricardo de Castilho Selke, um dos autores, é mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição, tendo atuado como editor de materiais didá-

ticos e coordenador editorial (Selke, 2026). Angel Honorato, por sua vez, é mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física pelo Centro Universitário Internacional (Uninter), além de experiência como autor e editor de obras didáticas nas áreas de Física e Matemática (Honorato, 2026). Felipe Fugita, com formação em Matemática, possui mestrado pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e licenciatura pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP), sendo um autor reconhecido de materiais didáticos para o Ensino Fundamental e Médio (Fugita, 2026).

Michely Alves Tonett é especialista em História Contemporânea e Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). A autora traz sua experiência como assessora, revisora e editora de materiais didáticos para a obra (Tonett, 2026). Por fim, Cláudia Moreira Garcia, doutora, mestre e licenciada em Geografia pela UFPR, com uma carreira docente tanto na Secretaria do Governo do Estado do Paraná quanto no Programa Internacional de Pós-Graduação da Universidade Nihon Gakko, no Paraguai, completa o quadro de autores, conferindo à obra uma visão ampla sobre a integração de Ciências Humanas e Matemática (Garcia, 2026).

A análise da composição autoral desponta um arranjo deliberadamente orientado à articulação entre campos disciplinares distintos, ao reunir profissionais com trajetórias formativas e experiências editoriais diversificadas, oriundos dos campos da História, Ciências Sociais, Geografia, Matemática e Ensino de Ciências. A heterogeneidade das formações sugere uma estratégia editorial que busca conferir legitimidade à proposta de integração curricular, na medida em que a ancora em conhecimentos considerados aptos a dialogar com as exigências da BNCC e com o modelo interdisciplinar prescrito pelo edital do PNLD/2021.

Ao mesmo tempo, a presença significativa de autores(as) com experiência em coordenação editorial, produção e revisão de materiais didáticos indica que a autoria da obra não se estrutura apenas em torno da autoridade acadêmica disciplinar, mas também de competências técnicas e editoriais alinhadas às demandas do mercado educacional e aos critérios de avaliação do Programa. Não obstante essa configuração plural, observa-se uma lacuna re-

levante na composição do coletivo autoral: a ausência de profissionais com formação específica em Filosofia e Sociologia. Essa lacuna adquire especial significado se considerarmos que esses campos integram formalmente a área de CHSA e desempenham papel central na problematização de categorias como ética, política e crítica social.

A inexistência dessas formações no grupo autoral implica limites à densidade teórica e à complexidade analítica das abordagens propostas, especialmente nos temas que demandam uma reflexão mais sistemática sobre fundamentos conceituais e disputas interpretativas próprias dessas áreas. Assim, a autoria de *Dimensões* revela, simultaneamente, uma aposta estratégica na interdisciplinaridade e os contornos das restrições que atravessam a produção do conhecimento histórico escolar quando submetida às lógicas normativas e editoriais do PNLD.

Na coleção *Multiversos*, a autoria apresenta-se de modo mais concentrado, sendo atribuída, em primeiro plano, a Alfredo Boulos Júnior, cuja trajetória acadêmica e profissional lhe confere reconhecida inserção no campo educacional. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestre em Ciências com ênfase em História Social pela Universidade de São Paulo, Boulos Júnior construiu uma carreira marcada pela atuação docente tanto nas redes públicas quanto privadas de ensino, além de sua presença consolidada em cursos preparatórios para o ingresso ao Ensino Superior.

Soma-se a esse percurso sua experiência na produção de coleções paradidáticas e na assessoria à Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo, o que o posiciona como um agente que transita entre a docência, a produção editorial e a formulação de políticas educacionais (Boulos Júnior, 2026). A autoria da coleção *Multiversos* é compartilhada com Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio Furquim Júnior, ambos com formação acadêmica ancorada no campo da Geografia e trajetória profissional voltada majoritariamente à docência. Mestres em Ciências com especialização em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, os dois autores acumulam longa experiência no Ensino Médio e no Ensino Superior, sendo reconhecidos pela solidez de seus conhecimentos científicos e didáticos (Silva, 2026) (Furquim Júnior, 2026).

É incontestável reconhecer que a formação acadêmica dos autores nas obras didáticas mencionadas se apresentam como robusta e amplamente reco-

nhecida no interior do campo educacional, o que corresponde aos parâmetros de excelência que, historicamente, têm orientado os mecanismos de consagração intelectual no universo escolar e universitário. Todavia, torna-se necessário problematizar a tendência recorrente de estabelecer uma equivalência quase imediata entre autoridade pedagógica e acumulação de títulos, credenciais institucionais e trajetórias acadêmicas consagradas. Embora tais capitais simbólicos, como afirma Bourdieu (2011), desempenhem papel significativo na legitimação social do(a) autor(a), a autoridade da narrativa didática não pode ser compreendida como derivação automática do prestígio acadêmico.

Essa problemática encontra eco nas reflexões historiográficas acerca da própria constituição da autoria no universo dos livros didáticos. Conforme observa Bittencourt (2008), historicamente havia uma preferência manifesta pela escolha de autores vinculados a instituições de elevado prestígio, como o Colégio Pedro II e a Academia Militar, para a elaboração de compêndios e cartilhas destinados ao ensino.

Essa predileção não se explicava apenas pela competência intelectual desses professores, mas também pelo valor institucional agregado a seus nomes, uma vez que a filiação a tais espaços funcionava como garantia de legitimidade perante os conselhos educacionais responsáveis pela aprovação das obras. Nessa lógica, dificilmente textos assinados por docentes ligados a instituições de reconhecida reputação seriam recusados, circunstância que contribuía decisivamente para assegurar a circulação e a comercialização desses materiais no mercado editorial escolar.

É nesse mesmo horizonte que emerge, no campo editorial, a noção de "autor coletivo", designação atribuída a grupos de colaboradores que se organizam em torno do nome de uma figura intelectual de maior projeção, convertendo-o em espécie de marca legitimadora da obra. A autoria, nesse caso, assume contornos particularmente complexos, pois se distribui entre múltiplos sujeitos que participam da elaboração do texto, ao mesmo tempo que se concentra na autoridade de um nome consagrado.

Compreender quem é o(a) autor(a) do livro didático significa deslocar o olhar para as condições que tornaram possível a enunciação do conhecimento histórico escolar, bem como para os lugares institucionais a partir dos quais esse conhecimento é autorizado a existir e a ser reconhecido como legítimo. Nesse aceno, não por acaso, as obras *Dimensões* e *Multiversos* integram o ro-

busto portfólio da Editora FTD, uma das mais longevas e influentes editoras em atuação no campo educacional brasileiro, cuja trajetória opera com elementos decisivos na autorização e circulação do conhecimento histórico veiculado por esses materiais didáticos.

Cabe assinalar que, no horizonte de produção do livro didático, a editora detém prerrogativas jurídicas, econômicas e editoriais decisivas sobre a obra, ao participar ativamente de sua concepção, formatação e circulação. Não obstante, no plano social de reconhecimento, a identificação primeira do livro tende a ancorar-se na figura do(a) autor(a) titulado na capa, que passa a ocupar o lugar de "proprietário simbólico" da obra, conforme assinalam Ralejo e Monteiro (2020).

Ainda que as escolhas que presidem a feitura do livro didático sejam atravessadas por diretrizes curriculares, interesses editoriais e engrenagens coletivas de produção, é sobre o nome que assina a obra que se deposita o selo da legitimidade e, por conseguinte, o ônus da responsabilização da narrativa escolar ali veiculada. A autoria, nesse horizonte, assume a função de um delicado mecanismo de mediação: ela converte a multiplicidade de vozes e decisões institucionais em uma assinatura inteligível, capaz de responder à expectativa social de coerência, autoridade e fidedignidade do conhecimento apresentado, o que confere ao texto didático a aparência de unidade e de solidez epistemológica. Segundo Foucault,

> [...] o fato de que vários textos tenham sido colocados sob um mesmo nome indica que se estabelecia entre eles uma relação de *homogeneidade* ou de *filiação*, ou de *autenticação* de uns pelos outros, ou de explicação recíproca, ou de utilização concomitante. Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (Foucault, 2001).

À luz da noção foucaultiana de função-autor(a), a leitura das obras *Dimensões* e *Multiversos* torna particularmente visível o modo como o nome autoral se erige como eixo de ordenação, de legitimação e de estabilização da

narrativa didática. Como sublinha Foucault (2001), a reunião de uma pluralidade de textos sob uma mesma assinatura jamais constitui um gesto inocente ou meramente identificador: trata-se de uma operação que institui entre esses enunciados laços de homogeneidade, filiação e validação mútua, de tal forma que se expliquem, se reforcem e se autorizem reciprocamente.

O nome do(a) autor(a), nesse sentido, não apenas individualiza a obra, mas a investe de um estatuto singular no interior de uma determinada cultura, visto que orienta os modos de leitura, as expectativas de sentido e as formas de reconhecimento de sua autoridade narrativa.

> Qualquer erro ou inconsistência que sejam encontrados no livro, o nome do autor é o primeiro a ser lembrado como responsável pelo fato. Mas também os conteúdos presentes na obra são tomados como verdades que representam o conhecimento escolar a ser ensinado. Assim, mesmo que o texto seja resultado da unidade de diferentes discursos, o autor do livro é considerado o "criador" daquelas informações, tendo a sua palavra, dessa forma, um *valor de verdade* e *origem* (Ralejo; Monteiro, 2020, p. 126).

A atribuição autoral no livro didático revela-se um mecanismo central de responsabilização e de produção de efeitos de "verdade" no interior da cultura escolar. O nome que figura na capa opera simultaneamente como ponto de imputação e como instância de legitimação: a ele tendem a ser atribuídos, de modo quase automático, eventuais inconsistências, imprecisões ou equívocos identificados na obra, ao passo que os conteúdos por ele subscritos são, com frequência, naturalizados como enunciados autorizados do conhecimento escolar legítimo. Conforme Ralejo,

> [...] autores de livros didáticos são sujeitos de seu tempo, detentores de valores, visões de mundo e experiências, possuindo uma autonomia, mesmo que de forma parcial, ao fazerem escolhas e atribuírem significados ao conteúdo a ser ensinado. Esses sujeitos estão suscetíveis a constrangimentos decorrentes de normas e avaliações que legitimam ou não suas obras como um conhecimento escolar válido e atualizado. Mas isso não faz deles meros reprodutores do conhecimento científico e outros saberes de referência (Ralejo, 2016, p. 205).

Desse modo, ainda que o texto didático seja produto de uma complexa tessitura de narrativas, atravessada por mediações editoriais, condicionantes normativos e decisões coletivas, o(a) autor(a) é simbolicamente investido(a) da posição de origem do dizer. Como observam Ralejo e Monteiro (2020), esse investimento confere à palavra autoral um estatuto de "verdade" socialmente reconhecido, já que faz com que a obra seja recebida não como uma narrativa ordinária ou contingente, mas como portadora de autoridade epistemológica e pedagógica no interior da escola.

Em *Dimensões*, a autoria é atribuída a um coletivo composto por Ricardo Selke, Angel Honorato, Felipe Fugita, Michely Tonett e Cláudia Garcia. Embora se trate de autores oriundos de campos disciplinares distintos, o agrupamento de seus nomes na capa e na ficha técnica da obra produz um efeito narrativo de unidade e coerência. A pluralidade de formações é, assim, subsumida a um projeto autoral comum, no qual os diferentes textos e abordagens passam a ser lidos como partes integrantes de um mesmo corpo narrativo. Nessa chave, o nome coletivo dos autores funciona como instância de autenticação: os enunciados se validam mutuamente, não apenas pelo conteúdo que apresentam, mas pelo fato de estarem inscritos sob a assinatura de um grupo reconhecido e autorizado a falar no âmbito do conhecimento escolar.

Esse mecanismo é particularmente relevante quando se considera a proposta interdisciplinar da obra. Ao articular História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Matemática, *Dimensões* demanda um esforço de homogeneização narrativa que é precisamente viabilizado pela função-autor(a). O leitor é conduzido a receber os conteúdos como coerentes e integrados, não porque as tensões epistemológicas entre as áreas tenham sido plenamente superadas, mas porque o nome dos autores, como operadores de sentido, confere à narrativa um modo específico de existência: trata-se de uma palavra que, nos termos de Foucault (2001), "deve ser recebida de uma certa maneira" e que adquire um estatuto diferenciado de legitimidade no campo educacional.

Nessa mesma concepção, na coleção *Multiversos*, a função-autor(a) também se faz presente de maneira expressiva, ainda que assuma uma configuração distinta. A obra é assinada por Alfredo Boulos Júnior, amplamente reconhecido como um dos autores de livros didáticos de História de maior circulação no Brasil, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, em coautoria com Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio Furquim Júnior,

cujas trajetórias acadêmicas e editoriais se consolidaram no campo do ensino de Geografia e das Ciências Humanas.

Em ambos os casos, a análise foucaultiana permite compreender que a autoria nos livros *Dimensões* e *Multiversos* não se reduz a uma identificação formal dos responsáveis pelo texto. O nome do autor, individual ou coletivo, funciona como uma ferramenta de classificação da narrativa escolar ao regular sua circulação, sua recepção e seu valor pedagógico. Desse modo, os conteúdos históricos apresentados nessas obras não se impõem apenas por aquilo que dizem, mas pelo lugar institucional de onde são ditos. A função-autor(a), nesse cenário, contribui decisivamente para a legitimação do conhecimento histórico escolar, posto que naturaliza determinadas narrativas e enquadramentos, inclusive no que diz respeito ao lugar da história da África, precisamente porque emanam de vozes reconhecidas como autorizadas a falar no interior do sistema educacional.

Em consonância com a função-autor(a) como operador de autoridade e de reconhecimento da narrativa didática, Ralejo e Monteiro (2020, p. 125) observam que, "por mais que saibamos que um livro didático é resultado de diferentes mãos que estiveram presentes no seu processo produtivo, a obra ainda é atribuída a um nome, ou vários, em caso de coautoria. Esses sujeitos assinam um contrato e ganham direitos autorais como forma de reconhecimento daquilo que produzem".

A atribuição nominal, longe de constituir mero procedimento formal ou jurídico, desempenha papel decisivo na produção de legitimidade do livro didático, na medida em que ancora a obra em uma autoria identificável, responsabilizável e socialmente reconhecida. Assim, mesmo quando gestado por processos coletivos, mediados por instâncias editoriais e normativas rigorosas, o texto didático é investido de autoridade por meio da inscrição de nomes próprios, que funcionam como garantidores de coerência, confiabilidade e valor pedagógico no interior do campo educacional.

O reconhecimento autoral, entretanto, não deve ser apreendido a partir de uma chave estritamente individualizante ou autoralista, mas entendido como a atribuição de responsabilidade intelectual, pedagógica e narrativa sobre o material produzido, em um arranjo que articula a função da autoria às prerrogativas institucionais da casa editorial. Trata-se de uma responsabilidade compartilhada, na qual o(a) autor(a) figura como instância de imputação da

narrativa, ao passo que a editora atua como mediadora e garantidora da conformidade da obra às normativas educacionais vigentes, aos critérios de legitimação curricular e às exigências do campo editorial.

Nos casos em que os livros didáticos foram concebidos no interior de projetos editoriais amplos, a editora passa a ser reconhecida como proprietária da obra não apenas sob o prisma jurídico, mas também no plano simbólico, uma vez que seu nome funciona, para o público leitor, como "marca ou selo de qualidade" (Ralejo; Monteiro, 2020, p. 125). Trata-se de um deslocamento significativo da noção clássica de autoria, no qual a centralidade do sujeito autoral é parcialmente substituída, ou, ao menos, tensionada pela força institucional da casa editorial, cuja reputação, trajetória e inserção no mercado educacional passam a operar como garantias de legitimidade do material didático.

Essa reconfiguração da autoria, já tensionada pela centralidade da editora, manifesta-se de modo particularmente eloquente nas obras *Cenários*, *Conexões* e *Diálogo*. Em *Cenários*, observa-se que tanto a capa quanto a ficha técnica atribuem visibilidade prioritária às organizadoras Brunna Paulussi e Juliana Grassmann (2020), o que sinaliza uma forma de autoria menos ancorada na figura clássica do autor individual e mais estruturada pela lógica da organização editorial. Nessa modalidade, a autoria se exerce sobretudo por meio da mediação, da curadoria e da articulação de diferentes conteúdos e autores, funções que passam a ocupar lugar central na arquitetura da obra.

Essa configuração não pode ser dissociada do fato de que *Cenários* integra o portfólio da Editora Ática, casa editorial que, desde os primórdios do PNLD, tem se destacado, ao lado da FTD, pelo expressivo volume de obras adquiridas pelo Programa. Assim, a força institucional da editora opera como um vetor adicional de legitimação, o que reforça a compreensão de que, nesses casos, a autoridade do livro didático se constrói na intersecção entre nomes próprios, funções editoriais e o capital acumulado pela marca editorial no campo educacional.

No PNLD/2021, a Editora Ática consolidou sua posição de destaque ao figurar como a segunda maior fornecedora de obras didáticas, tendo como principal representante, no campo das CHSA em interlocução com a Matemática, o volume *Cenários*. A expressiva circulação dessa obra no Programa não apenas atesta sua relevância mercadológica, mas também sinaliza o reco-

nhecimento institucional de uma proposta editorial alinhada às diretrizes curriculares vigentes que privilegiaram a integração entre áreas do conhecimento. A organização da obra é atribuída a Brunna Paulussi e Juliana Grassmann, cujas trajetórias profissionais evidenciam a lógica de composição interdisciplinar que sustenta o projeto editorial.

Paulussi, bacharelada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, construiu uma carreira marcada pela atuação como editora de obras didáticas voltadas às CHSA (Paulussi, 2026). Grassmann, por sua vez, formada em Matemática pelo Instituto de Matemática e Estatística da USP e mestre em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, agregou à obra uma *expertise* específica no campo matemático, aliada à experiência editorial (Santos, 2026).

A elaboração dos conteúdos de *Cenários* explicitou, ainda, a natureza coletiva e multifacetada da autoria no livro didático. Entre os sujeitos envolvidos nesse processo, destaca-se Diogo Antônio Rodriguez, formado em Ciências Sociais pela USP e com atuação no campo do jornalismo, cuja participação sugere uma preocupação com a dimensão comunicativa, interpretativa e contextual dos temas abordados (Rodriguez, 2026). Somou-se a ele Gustavo Nagib, cuja formação em Geografia, bacharelado e licenciatura pela USP, com mestrado em Geografia Humana pela mesma instituição, associada à experiência como professor, editor e produtor de materiais didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, contribuiu para densificar o tratamento espacial e social dos conteúdos (Nagib, 2026).

Essa confluência de trajetórias acadêmicas e profissionais distintas, articuladas sob a mediação editorial da Ática, evidencia como a autoria da obra se constrói menos como expressão individual e mais como resultado de um arranjo institucional que busca compatibilizar interdisciplinaridade, exigências curriculares e estratégias de legitimação no interior do PNLD.

No que concerne à composição da equipe autoral da obra *Cenários*, destaca-se ainda a participação de José Luciano Santinho Lima, cuja trajetória formativa revela uma inserção sólida e multifacetada no campo da Matemática e do Ensino de Ciências Exatas. Sua formação inclui bacharelado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo, licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de São Carlos, mestrado profissional em Ensino de Ciências

Exatas pela mesma instituição e doutorado em Educação, com ênfase em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Estadual Paulista. Soma-se a esse percurso acadêmico a experiência docente como professor de Matemática no Instituto Federal de São Paulo, *campus* São Carlos (Lima, 2026).

Integra ainda o coletivo de autores Thiago do Nascimento Fonseca, bacharel e licenciado em Ciências Sociais e mestre e doutor em Ciência Política pela USP, cuja formação aporta à obra instrumentos analíticos voltados à compreensão das dinâmicas sociais, políticas e institucionais, o que amplia o escopo interpretativo das Ciências Humanas mobilizadas no material didático (Fonseca, 2026). A heterogeneidade das formações dos autores e organizadores evidencia, de modo inequívoco, a intenção editorial de sustentar a proposta de diálogo interdisciplinar entre a Matemática e as humanidades, conforme preconizado pelo próprio desenho da coleção. Todavia, essa mesma composição revela uma lacuna que merece ser problematizada: a ausência de um especialista em História no corpo autoral.

Ainda que a atuação de profissionais oriundos das Ciências Sociais possa, à primeira vista, insinuar uma aproximação com problemáticas de natureza histórica, tal leitura revela-se problemática, na medida em que resvala em uma redução epistemológica. Essa suposição apoia-se no equívoco de considerar que o conhecimento histórico, assim como o filosófico e o sociológico, encontrar-se-ia plenamente subsumido a esse campo, de forma a obliterar as especificidades teóricas, metodológicas e heurísticas que singularizam cada uma dessas tradições de conhecimento.

O conhecimento histórico escolar possui métodos, temporalidades e formas próprias de construção e problematização que não se confundem integralmente com as demais áreas das Ciências Humanas. Nesse sentido, a inexistência de um historiador na equipe tende a limitar a densidade analítica e a complexidade interpretativa com que os temas históricos são abordados, além de comprometer a amplitude formativa que uma proposta interdisciplinar requer.

O livro didático *Conexões*, assim como a obra *Diálogo*, analisada na sequência, insere-se no portfólio da Editora Moderna, cuja trajetória se confunde, em larga medida, com a própria consolidação do mercado de livros didáticos no Brasil a partir da segunda metade do século XX. A Moderna passou a integrar, de modo sistemático, as políticas públicas de aquisição de livros es-

colares, especialmente o PNLD, a partir da década de 1990, momento em que tais programas se afirmam como eixo estruturante da relação entre Estado e mercado editorial.

No livro didático *Conexões*, a configuração da autoria revela, de modo particularmente eloquente, as assimetrias e redistribuições de funções que atravessam a produção do material didático. A obra é atribuída autoralmente a João Felipe Salomão (2020), enquanto a capa e a ficha técnica conferem visibilidade destacada à atuação do editor responsável, Mateus Coqueiro Daniel de Souza, o que explicita uma divisão funcional entre autoria intelectual e mediação editorial.

O arranjo evidencia que a autoria não se confunde com a totalidade do processo de elaboração textual, mas se articula a instâncias institucionais encarregadas de orientar, ajustar e validar o material segundo critérios curriculares, mercadológicos e avaliativos próprios do PNLD. Não por acaso, *Conexões* assegurou à Editora Moderna o terceiro lugar em vendas no Programa, no segmento específico das Ciências Humanas em diálogo com a Matemática,[6] o que sinaliza que essa configuração autoral também responde a estratégias de posicionamento no mercado editorial educacional.

João Felipe Salomão, cujo nome figura na capa como autor, possui formação em Ciências Sociais, sendo bacharel pela Universidade Federal de Juiz de Fora e mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Salomão, 2026). Sua trajetória acadêmica confere à obra uma orientação marcadamente humanística, alinhada às discussões sociopolíticas próprias das Ciências Humanas.

Em paralelo, a ficha técnica explicita a presença de Mateus Coqueiro Daniel de Souza como editor responsável, mestre em Ciências pelo Mestrado Profissional em Ensino de Matemática da Universidade de São Paulo e licenciado em Matemática pela mesma instituição (Souza, 2026). Essa dupla inscrição, autor e editor, sugere uma hierarquização das áreas envolvidas: enquanto a dimensão humanística é personificada na figura do autor principal, a Matemática aparece associada à esfera editorial, responsável pela adequação técnica e pedagógica do conteúdo.

Essa assimetria torna-se ainda mais evidente quando se observa que a elaboração efetiva do texto original coube a Mateus Coqueiro Daniel de Souza, em colaboração com Marjorie Mayumi Haneda Hirata e Larissa Calazans,

ambas licenciadas em Matemática pela USP (Hirata, 2026; Mesquita, 2026). O deslocamento desses sujeitos diretamente envolvidos na produção do conteúdo matemático para os bastidores da obra suscita questionamentos acerca da distribuição da autoria intelectual e da visibilidade conferida aos diferentes conhecimentos no interior do projeto editorial.

A configuração autoral de *Conexões* permite problematizar a própria noção de autoria no livro didático interdisciplinar. A presença do nome de Salomão opera como um mecanismo de legitimação da obra no campo das Ciências Humanas, enquanto a produção concreta do conteúdo, especialmente no que tange à Matemática, permanece parcialmente invisibilizada. Essa dinâmica reforça a ideia de que, no livro didático, a elaboração não corresponde necessariamente à autoria empírica da escrita, mas a uma função estratégica capaz de conferir estatuto, credibilidade e aceitabilidade institucional à narrativa pedagógica que se coloca em circulação.

Na obra *Diálogo,* a configuração da autoria assume contornos ainda mais institucionais, uma vez que desloca de maneira decisiva a centralidade do sujeito autoral individual para a esfera editorial. Diferentemente dos outros livros didáticos, a autoria não se apresenta vinculada a um nome destacado na capa, mas se ancora predominantemente na Editora Moderna, sendo indicados como editores responsáveis Ana Flávia Dias Zammataro e Eduardo Neto. A disposição reforça a editora como instância organizadora, mediadora e legitimadora da narrativa didática e sugere que a coerência da narrativa e sua adequação curricular se sobrepõem à individualização da autoria, em consonância com projetos editoriais amplos e fortemente regulados.

É precisamente nessa direção que Roger Chartier (2022, p. 616-617) observa que "o deslocamento da função-autor para os editores seria o limite à visibilidade dada pela editora à sua política ou estratégia editorial", ao tornar perceptível que a autoridade sobre o texto não se concentra exclusivamente na figura do escritor, mas se redistribui no interior da própria lógica editorial. Essa visibilidade, segundo o autor, manifesta-se na construção de coleções "imediatamente perceptíveis, identificáveis pelas formas materiais, gráficas dos livros", razão pela qual a ideia de "selo" se mostra particularmente expressiva: reconhece-se, de imediato, "na livraria a produção de tal e tal editora pela própria materialidade do livro". A observação é especialmente pertinente para o universo dos livros didáticos, em que o projeto gráfico, a padronização

visual, a organização interna e a identidade da coleção funcionam como marcas de autoridade e reconhecimento institucional, ao reafirmar que a produção do conhecimento escolar está atravessada por estratégias editoriais que constituem não apenas a forma do livro, mas também os sentidos históricos que nele circulam.

No que concerne às trajetórias formativas, observa-se um quadro autoral marcado por elevada densidade acadêmica e significativa homogeneidade institucional. Ana Flávia Dias Zammataro é licenciada e bacharel em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com mestrado em História Social pela mesma instituição (Zammataro, 2026). Eduardo Neto, por sua vez, possui formação em Matemática, com bacharelado, especialização em Estatística e mestrado em Matemática Aplicada e Computacional, também realizados na UEL (Rosa Neto, 2026).

A elaboração do conteúdo envolve ainda um coletivo de autores cuja formação transita entre História, Geografia e Matemática, destacando-se Ana Beatriz Accorsi Thomson, licenciada em História pela UEL e em Pedagogia pela Unifil-PR, especialista em Africanidades e Cultura Afro-Brasileira e mestre em História Social pela UEL (Thomson, 2026); Janaína Soler Caldeira, licenciada em Matemática pela Unesp e mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela UEL (Caldeira, 2026); Neiva Camargo Torrezani e Kleyton Kamogawa, ambos licenciados, bacharéis e mestres em Geografia pela UEL (Torrezani, 2026) (Kamogawa, 2026); e Alexandre de Paula Gomes, licenciado em História pela Unesp, com atuação na Educação Básica (Gomes, 2026).

A recorrente vinculação desses autores à Universidade Estadual de Londrina apresenta um traço distintivo da obra: a concentração institucional do capital acadêmico que sustenta sua produção. A UEL figura como uma das mais relevantes universidades públicas do sul do país e se destaca por manter, em seu programa de pós-graduação em História,[7] uma linha de pesquisa dedicada especificamente ao ensino de História. Esse atributo pode ser interpretado de maneira ambivalente.

Por um lado, essa concentração institucional tende a fortalecer a coerência interna do material, na medida em que assegura alinhamento teórico-metodológico, consistência conceitual e afinidade entre os(as) autores(as) no trato dos conteúdos históricos. Por outro, levanta-se a questão acerca dos possíveis limites impostos à pluralidade de perspectivas acadêmicas, uma vez que a diversida-

de institucional costuma favorecer o confronto de tradições historiográficas, abordagens epistemológicas e sensibilidades pedagógicas distintas.

No que concerne, de modo mais específico, à dimensão histórica do material analisado, a trajetória formativa dos autores revela um domínio consistente e qualificado do conhecimento histórico-científico, ancorado em percursos de pós-graduação em História e em uma comprovada familiaridade com os métodos de pesquisa, os referenciais teóricos e os debates que atravessam o campo historiográfico. Esse lastro acadêmico não se apresenta como elemento meramente acessório, mas como indício eloquente de uma opção editorial orientada pela busca de legitimidade científica e densidade intelectual na elaboração do material didático. Soma-se a isso a experiência prática de parte significativa dos autores como docentes da Educação Básica, elemento que contribui para a mediação pedagógica do conhecimento, permitindo a transposição didática de conteúdos complexos para o universo escolar.

Entretanto, essa articulação entre erudição acadêmica e experiência docente não se realiza de forma neutra ou isenta de tensões. Ao ser incorporada a um projeto editorial de grande escala, submetido às exigências do PNLD, a integração passa a dialogar e, por vezes, a conflitar com diretrizes institucionais, parâmetros avaliativos e estratégias mercadológicas que orientam a produção do livro didático. Desse modo, *Diálogo* oferece um exemplo elucidativo de como a autoria, longe de se constituir como expressão individual soberana, emerge como resultado de negociações complexas entre sujeitos, instituições formadoras, editoras e políticas públicas, o que evidencia os limites e as possibilidades da construção coletiva do conhecimento histórico escolar.

À luz das análises empreendidas acerca das obras *Cenários*, *Conexões* e *Diálogo*, é possível vislumbrar que autoria e autoridade não se apresentam como categorias estáveis, homogêneas ou plenamente coincidentes, mas operam de maneira relacional, assimétrica e hierarquizada no interior do livro didático. Nessas obras, o(a) autor(a) tende a assumir a responsabilidade intelectual e pedagógica pelo conteúdo, ao passo que funciona como instância de coerência da narrativa e de intencionalidade didática; entretanto, a responsabilidade não se traduz, necessariamente, em centralidade plena no processo de legitimação da obra. Em diferentes graus, observa-se que a autoria é mediada, compartilhada ou mesmo parcialmente eclipsada pela atuação edito-

rial, seja pela ênfase na figura do organizador, seja pela diluição do gesto autoral em equipes técnicas e editoriais amplas.

A editora, por sua vez, insurge como ator estruturante nesse arranjo, já que consolida sua autoridade não apenas por deter os direitos legais da obra, mas sobretudo por mobilizar seu capital acumulado no campo educacional: a força da marca, a capacidade de circulação massiva via PNLD, a adequação às normativas curriculares e a chancela conferida pelos mecanismos oficiais de avaliação.

Dessarte, como evidenciam *Cenários*, *Conexões* e *Diálogo*, a autoridade do livro didático constrói-se na intersecção entre assinatura autoral e institucionalidade editorial, fazendo do texto escolar um produto de mediações sucessivas. O livro didático configura-se, desse modo, como um artefato institucional complexo, no qual a autoria se distribui em múltiplas camadas de intervenção e a legitimidade da narrativa histórica escolar resulta tanto da responsabilização autoral quanto da validação pública e mercadológica operada pelas editoras.

Nesse arranjo, a legitimidade do conhecimento histórico escolar não é dada a priori, mas construída no embate entre distintos agentes e instâncias, desde a *expertise* acadêmica mobilizada pelos autores até os filtros editoriais, as normativas curriculares e os protocolos avaliativos das políticas públicas estatais. A autoria, portanto, não apenas assina o texto, mas participa ativamente da conformação dos limites do dizível, ao operar como um dos instrumentos centrais por meio dos quais se organizam, hierarquizam e estabilizam os sentidos do passado no espaço escolar.

Retoma-se, nesse ponto, a contribuição de Munakata (1997) e Gatti Jr. (2004), cujas análises se debruçam precisamente sobre as relações estabelecidas entre autores e editores no interior da cadeia produtiva do livro didático. Os casos examinados por ambos os pesquisadores evidenciam que a elaboração dessas obras não pode ser compreendida à luz de uma lógica exclusivamente autoral, uma vez que ela se encontra atravessada por dinâmicas mercadológicas que mobilizam uma pluralidade de agentes, interesses e instâncias decisórias que extrapolam largamente a figura do(a) autor(a).

Nesse sentido, a participação de editores, consultores pedagógicos, equipes comerciais, setores de *marketing* e instâncias de avaliação institucional suscita a indagação acerca do estatuto dessa intervenção: tratar-se-ia de uma

interferência no processo autoral? As editoras assumiriam a posição de instâncias disciplinadoras, que exercem um poder regulatório que orienta, condiciona e, em determinados casos, restringe as práticas inscritas no campo da autoria?

Munakata (1997) e Gatti Jr. (2004) apontam para o papel ativo das editoras na conformação dos conteúdos, das linguagens e das estratégias narrativas adotadas nos livros didáticos, especialmente em cenários marcados por forte competição no mercado editorial e por estreita vinculação às políticas públicas de compra e distribuição. Todavia, embora essa perspectiva seja analiticamente fecunda e amplamente explorada por esses autores, não é este o enfoque privilegiado no presente estudo.

Sem desconsiderar o peso estrutural das editoras como agentes centrais na produção, circulação e legitimação do livro didático na condição de mercadoria cultural, interessa-nos, neste texto, deslocar o olhar para outras camadas da problemática, a fim de buscar compreender de que modo a autoria se constrói e se dilui no entrecruzamento entre normativas estatais, regimes curriculares e instrumentos de avaliação. Assim, a editora é aqui compreendida menos como instância disciplinadora isolada e mais como parte de uma engrenagem mais ampla, na qual se articulam interesses econômicos, prescrições legais e disputas epistemológicas em torno do conhecimento histórico escolar.

Nesse intento, as editoras, atentas às inflexões teóricas e às demandas hodiernas do campo educacional, passaram a recrutar, como autores, sujeitos detentores de reconhecida especialização em debates atuais do ensino, capazes de elaborar obras que se afastem dos modelos excessivamente ortodoxos e tradicionais. Esse movimento revela não apenas uma estratégia de atualização, mas também uma tentativa de alinhar a produção didática às novas sensibilidades pedagógicas e curriculares que atravessam o cenário educacional, sem, contudo, romper integralmente com as exigências normativas e mercadológicas que estruturam a arena editorial.

> O campo editorial vem ganhando cada vez mais destaque e protagonismo no processo de produção de livros didáticos. Pode-se observar, ao longo da trajetória de produção dos livros didáticos no Brasil, que houve um aumento expressivo no número de empresas que contratam o trabalho de intelectuais a fim de

> aprimorá-los e impulsionar as vendas desses materiais. Se antes as obras didáticas eram reconhecidas, na comunidade escolar, pelo nome daquele que escreve (por exemplo, "o livro do Koshiba"), os grandes projetos editoriais vêm ocupando espaço como referência de propostas didáticas. Novos títulos surgiram no mercado, com ampla divulgação de suas propostas didáticas alardeadas pelo teor de novidade e renovação alcançado nas obras. Os autores, ou a equipe editorial, são continuamente substituídos, promovendo a consagração de alguns sujeitos já famosos e permitindo o surgimento de novos nomes nesse meio (Souza, 1996) (Ralejo; Monteiro, 2020, p. 129).

A produção do livro didático envolve a atuação simultânea de uma multiplicidade de sujeitos que, embora compartilhem a meta comum de publicar uma obra, operam a partir de objetivos imediatos distintos e, por vezes, tensionados entre si (Ralejo, 2014). Nesse emaranhado de interesses e demandas, é possível identificar a incidência de diferentes forças que constroem o livro didático: as políticas públicas educacionais, com destaque para o PNLD, a crescente intervenção do mercado editorial, as exigências do campo historiográfico e acadêmico, os movimentos sociais que reivindicam visibilidade e reconhecimento de sujeitos historicamente silenciados, bem como as questões do tempo presente, especialmente aquelas relacionadas aos impactos das tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem.

No âmbito do livro didático, as noções de autoria e autoridade, embora frequentemente mobilizadas de forma indistinta, remetem a instâncias analíticas distintas e complementares. A autoria diz respeito às condições de produção do texto escolar, aos sujeitos individuais e coletivos que o escrevem, organizam e assinam, bem como aos processos institucionais, editoriais e normativos que condicionam o gesto autoral. Já a autoridade refere-se ao estatuto de legitimidade atribuído a esse texto, isto é, à capacidade que o livro didático adquire de enunciar um conhecimento reconhecido como válido e ensinável no interior da escola.

Enquanto a autoria se constrói no processo de elaboração da obra, a autoridade se consolida nos mecanismos de validação e circulação, como os editais, as avaliações do PNLD e a chancela estatal que conferem ao livro o poder de normatizar conteúdos, orientar práticas pedagógicas e regular o acesso ao conhecimento histórico escolar. Distinguir essas duas dimensões permite compreender que o livro didático não é apenas resultado de quem escreve,

mas, sobretudo, de quem autoriza, legitima e institui o que pode ser ensinado como História.

Interrogar a autoria, portanto, implica interrogar, simultaneamente, o modo como o livro didático é construído: quais conhecimentos são eleitos e/ou silenciados, quais narrativas históricas são autorizadas, quais sujeitos são sistematicamente silenciados ou, ao contrário, exaltados, e quais limites, bem como quais potencialidades, são instituídos no processo de escrita, mediação e circulação do conhecimento histórico escolar.

Torna-se patente que as decisões relativas a o que ensinar, de que modo ensinar e com qual grau de aprofundamento não constituem prerrogativas exclusivas do(a) autor(a), mas se acham condicionadas pela legislação educacional em vigor e pelos projetos político-sociais que, em cada conjuntura histórica, orientam e regulam a atuação dos diversos agentes envolvidos na produção do livro didático, autores, editores, ilustradores, *designers* gráficos, revisores e demais instâncias de mediação e validação do conhecimento escolar.

Os documentos oficiais, a exemplo de leis, diretrizes curriculares, bases curriculares e editais de programas governamentais, desempenham papel central na construção do livro didático ao operar como instância de regulação da autoria e de legitimação do conhecimento escolar. Distantes de se restringirem a orientações de caráter genérico, tais instrumentos normativos circunscrevem o horizonte de possibilidades da escrita didática e fixam parâmetros que incidem diretamente sobre a seleção dos conteúdos, as linguagens mobilizadas e, não raro, as próprias escolhas epistemológicas que estruturam a narrativa histórica escolar.

A autoria, no âmbito do livro didático, encontra-se indissociavelmente vinculada à função social do texto escrito. Não se trata, portanto, da afirmação de uma individualidade autoral, entendida como expressão singular de um sujeito criador, mas da definição do *para quê* e do *para quem* se escreve: o público a que se destina a obra, os objetivos pedagógicos que a orientam e as finalidades político-educacionais que lhe conferem sentido. Nesse registro, a autoria desloca-se da pessoa para a função, da assinatura para o projeto narrativo que estrutura o texto.

Ao longo do processo de elaboração do livro didático escolar, as marcas autorais tendem a diluir-se progressivamente, subsumidas a uma cadeia de mediações institucionais, editoriais e normativas que regulam a escrita. O tex-

to final não resulta de um gesto criativo autônomo, mas de sucessivas camadas de intervenção, revisões técnicas, adequações curriculares, avaliações externas, padronizações gráficas e narrativas que reconfiguram a voz autoral em favor de uma enunciação coletiva e funcional. Assim, o(a) autor(a) do livro didático não fala a partir de si, mas a partir de um lugar institucionalmente autorizado, no qual a escrita se orienta menos pela expressão subjetiva e mais pela conformidade a expectativas pedagógicas, curriculares e avaliativas previamente estabelecidas.

Essa dinâmica de autoria articula-se de modo indissociável ao que Sacristán (2017) concebe como ciclo curricular, o qual não se apresenta como um texto fixo ou linear, mas como um movimento processual e relacional, constituído por diferentes momentos e instâncias interdependentes: o currículo prescrito, o currículo planejado, o currículo organizado, o currículo em ação e o currículo avaliado. Trata-se, portanto, de um circuito contínuo de produção, mediação e ressignificação do conhecimento escolar, no qual múltiplos atores e mecanismos intervêm de forma simultânea.

Inserido nesse entrelaçamento, o livro didático ocupa uma posição estratégica. Ele opera como instância de tradução do currículo prescrito para uma linguagem pedagógica acessível, ao mesmo tempo que antecipa, orienta e condiciona o currículo em ação, além de funcionar como mediador privilegiado entre a normatividade estatal e a prática docente cotidiana.

> Acreditamos que mesmo diante de um cenário de controle de produção de livros didáticos, obedecendo a regras para se adaptarem ao modelo do que se propõe por escola e educação, a função autor continua sendo exercida, mas nas mãos de diversos sujeitos. Assim, ser autor não é uma identidade ligada a uma pessoa, mas uma função que se constitui no momento da escrita dentro de uma determinada contingência. Nesse lugar de produção, escolhas são feitas e discursos mobilizados, configurando uma autonomia relativa (Ralejo; Monteiro, 2020, p. 126).

A autoria do livro didático não pode ser apreendida fora desse movimento cíclico: o(a) autor(a), em conjunto da equipe editorial, escrevem sob a égide das prescrições curriculares e das expectativas avaliativas e editoriais, ao passo que projetam formas de organização do ensino e de abordagem dos conteúdos que serão, posteriormente, apropriadas, reinterpretadas ou tensionadas pelos docentes em cenários escolares diversos e historicamente situados.

> Depositário de um conteúdo educativo, o manual [escolar] tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanação: participa, assim, estritamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinamento) da juventude (Choppin, 2002, p. 14).

À luz da distinção estabelecida por Jacques Revel (1998) entre conhecimento e saber, a função do(a) autor(a) do livro didático revela-se substancialmente mais complexa do que a de um mero organizador de conteúdos historiográficos. Sua atuação incide, de modo simultâneo e indissociável, tanto sobre os objetos do conhecimento histórico escolar quanto sobre os processos de constituição dos sujeitos que aprendem. No plano do conhecimento, a função-autor(a) mobiliza operações de seleção, classificação e ordenação de fatos, conceitos e narrativas orientadas por critérios de racionalização próprios da disciplina histórica, um movimento de objetivação que tende a apresentar o passado como um conjunto de entidades cognoscíveis, relativamente estabilizadas e passíveis de sistematização didática.

Entretanto, essa dimensão não esgota o alcance de sua intervenção. No plano do conhecimento, o livro didático atua como mediador privilegiado dos modos de leitura, interpretação e apropriação do conhecimento histórico, orientando práticas cognitivas e disposições intelectuais específicas (Chartier, 2022). Desse modo, o(a) autor(a) não se limita a veicular informações ou a traduzir a historiografia acadêmica em linguagem escolar, mas participa ativamente dos processos de subjetivação dos estudantes, ao instituir formas legítimas de pensar historicamente, de atribuir sentido ao passado e de se posicionar criticamente diante dele. O livro didático configura-se, assim, como um instrumento pedagógico no qual se entrecruzam objetivação e subjetivação, fazendo do(a) autor(a) um agente central na relação pedagógica e na produção social dos conhecimentos e saberes históricos escolares.

Ao mediar o processo de ensino e aprendizagem, o livro didático institui, de maneira tácita, consoante Piris e Azevedo (2018), a presença do(a) autor(a)

como um terceiro sujeito na cena educativa, que se interpõe entre professor(a) e estudantes. Nessa condição, o(a) autor(a) passa a disputar com o docente o lugar de enunciação legítima do conhecimento e assume uma posição de saber-poder que, muitas vezes, antecede e condiciona a prática pedagógica.

O conhecimento veiculado no texto didático tende a ser percebido como previamente autorizado, estabilizado e dotado de legitimidade institucional, o que desloca o(a) professor(a) da posição de produtor e mediador privilegiado do conhecimento para a de intérprete, aplicador ou executor de uma narrativa que lhe é, em grande medida, exterior. Assim, o livro didático não apenas organiza conteúdos, mas reconfigura hierarquias no interior da sala de aula, na medida em que tensiona as fronteiras entre autoria, autoridade docente e circulação do conhecimento escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui desenvolvidas reencontram e confirmam a advertência formulada por Choppin (2004), segundo a qual o livro escolar não pode ser apreendido como um artefato editorial ordinário. Diferentemente de outras produções do mundo do livro, esse recurso didático é objeto de um processo específico e intensivo de regulações que incidem sobre sua elaboração, concepção, fabricação, autorização institucional e, não menos importante, sobre seus modos de difusão, financiamento, seleção e uso pedagógico.

Nesse sentido, o livro didático constitui um indicador privilegiado das relações de força que se estabelecem, em determinado tempo histórico e em uma sociedade específica, entre os diversos atores do sistema educacional. O grau de liberdade concedido a seus redatores e usuários, longe de ser homogêneo ou garantido, varia conforme os arranjos políticos, curriculares e institucionais que o atravessam.

À luz dessa compreensão, a autoria no livro didático revela-se menos como expressão de soberania intelectual individual e mais como exercício complexo de mediação. O(a) autor(a) ocupa um lugar institucionalizado, densamente atravessado por procedimento legais, predileções editoriais, prescrições curriculares e expectativas avaliativas, tornando-se coautor(a) de um texto que resulta da convergência entre conhecimento acadêmico, política educacional, demandas sociais e intervenções de uma coletividade editorial. Trata-

-se, portanto, de uma autoria situada, relacional e negociada, que se constrói no interior de um campo de forças, e não à margem dele.

Compreender a autoria nesses termos permite desnaturalizar o livro didático como objeto aparentemente neutro e transparente, na medida em que evidencia seu caráter histórico, político e ideológico. O deslocamento analítico é fundamental para problematizar os arranjos de autoridade que definem o que se reconhece como conhecimento histórico escolar legítimo, bem como os silenciamentos, hierarquizações e exclusões que dele decorrem. O(a) autor(a) do livro didático, longe de ser um sujeito isolado, constitui-se como parte de uma coletividade institucional que escreve sob condições determinadas e participa ativamente da produção, legitimação e circulação de narrativas históricas no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BARONE, Jessica. *Livros didáticos de Matemática da editora FTD no cenário brasileiro*: as primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. São Paulo, 2008.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BORELLI, Silvia Helena Simões. *Ática*: história editorial, mercado local e internacional de bens simbólicos. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/1421259871718064. Acesso em: 15 mar. 2026.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. *Multiversos*: ciências humanas: globalização, tempo e espaço: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020a.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. *Multiversos*: ciências humanas: populações, territórios e fronteiras: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020b.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. *Multiversos*: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020c.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR,

Laercio. *Multiversos*: ciências humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020d.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. *Multiversos*: ciências humanas: ética, cultura e direitos: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020e.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. *Multiversos*: ciências humanas: política, conflitos e cidadania: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020f.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e n. 11.494, de 20 de junho de 2007, entre outras, para dispor sobre a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. *Diário Oficial da União*: seção *1*, Brasília, DF, ano 154, n. 34, p. 1-3, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Brasília: Controladoria-Geral da União, 2025. Disponível em: https://www.fala.br. Acesso em: 30 jul. 2025.

CALDEIRA, Janaina Soler. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/0088559220896422. Acesso em: 15 mar. 2026.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil*: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, Erinaldo. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9, p. 262-284, 2016.

CHARTIER, Roger. Materialidade dos escritos, constituição de acervos e a função-autor. Entrevistadores: André Furtado e Anna Coelho. *Varia Historia*, v. 38, n. 77, p. 611-628, maio/ago. 2022.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, v. 6, n. 11, p. 5-24. 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Revista Educação & pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

EDITORA MODERNA (org.). *Diálogo*: ciências humanas e sociais aplicadas e matemática: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa*: um guia para iniciantes. tradução: Magda Lopes; Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, Thiago do Nascimento. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/0619038644075414. Acesso em: 6 abr. 2026.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Ditos e Escritos: Estética, literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.264-298.

FUGITA, Felipe. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/7093372594804029. Acesso em: 15 mar. 2026.

FURQUIM JUNIOR, Laercio. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/8057850655091878. Acesso em: 15 mar. 2026.

GARCIA, Claudia Moreira. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/2337502043467864. Acesso em: 15 mar. 2026.

GATTI JUNIOR, Décio. *A Escrita Escolar da História*: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Uberlândia: Edufu, 2004.

GOMES, Alexandre de Paula. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/4918592829174843. Acesso em: 15 mar. 2026.

HIRATA, Marjorie Mayumi Haneda. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/7479414899664253. Acesso em: 15 mar. 2026.

HONORATO, Angel. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/5805196578166476. Acesso em: 15 mar. 2026.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. *Imagens da África, dos africanos e seus descendentes em coleções didáticas aprovadas no PNLD de 2004*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo, 2008.

KAMOGAWA, Kleyton. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/0128372078944650. Acesso em: 15 mar. 2026.

LIMA, José Luciano Santinho. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/5594125245180344. Acesso em: 15 mar. 2026.

MESQUITA, Larissa Calazans Nicoletti. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/4590880013093635. Acesso em: 15 mar. 2026.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. 223 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NAGIB, Gustavo. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/2529113181928446. Acesso em: 15 mar. 2026.

PAIXÃO, Fernando (org. e coordenador do projeto). 1998. Momentos do Livro no Brasil. São Paulo: Ática.

PAULUSSI, Brunna. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/6679602641675164. Acesso em: 15 mar. 2026.

PAULUSSI, Brunna. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/6679602641675164. Acesso em: 6 abr. 2026.

PAULUSSI, Brunna; GRASSMANN, Juliana (org.). *Cenários para investigação*: humanidades e matemática em contexto. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

PIRIS, Eduardo Lopes; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de. Subjetivação, saberes e poderes: o autor do livro didático como um interveniente na relação pedagógica. In: Congresso Internacional de Estudos do Discurso, 2.; Jornadas Acadêmicas de Análise do Discurso (JADIS), 6. *Anais do II CIED | VI JADIS*. São Paulo: Editora Paulistana, 2018. p. 124-144.

RALEJO, Adriana Soares. *"Lugar de autoria"*: contingências, desafios e possibilidades na produção de livros didáticos de História. 2018. 252 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2018.

RALEJO, Adriana Soares. Autor de livro didático: sentidos em construção. *Revista Labirinto*, ano XVI, v. 24, n. 1, p. 198-223, jan./jun. 2016.

RALEJO, Adriana Soares; MONTEIRO, Ana Maria. Livros didáticos: autoria em questão. *Revista Escritas do Tempo*, v. 2, n. 5, p. 117-134, jul./out. 2020.

RALEJO, Adriana. Produção do conhecimento histórico escolar: o lugar do autor do livro didático. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2., 2014, Florianópolis. *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2014. p. 1-15.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RODRIGUEZ, Diogo Antonio. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/8191189566548861. Acesso em: 15 mar. 2026.

ROSA NETO, Eduardo Aparecido da. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/5738209417972677. Acesso em: 15 mar. 2026.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo*: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SALOMÃO, João Felipe Teles Menezes. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/8804132171356755. Acesso em: 15 mar. 2026.

SALOMÃO, João Felipe. *Conexões*: ciências humanas e sociais aplicadas e matemática. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

SANTOS, Juliana Grassmann dos. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/9899728459616649. Acesso em: 15 mar. 2026.

SANTOS, Moisés dos. *Projeto Memórias*: Editora Moderna – Proposta de recuperação da memória da editora a partir de sua fundação. São Paulo: USP, 1999.

SELKE, Ricardo de Castilho *et al. Dimensões*: obra didática específica de ciências humanas e sociais aplicadas em diálogo com a matemática. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

SELKE, Ricardo de Castilho. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/7668539023577093. Acesso em: 15 mar. 2026.

SILVA, Edilson Adão Cândido da. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/1267710836356348. Acesso em: 15 mar. 2026.

SOUZA, Mateus Coqueiro Daniel de. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/3530259202537174. Acesso em: 15 mar. 2026.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/6397258608830832. Acesso em: 15 mar. 2026.

TONETT, Michely Alves. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/1701140489020621. Acesso em: 15 mar. 2026.

TORREZANI, Neiva Camargo. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/2661193663392304. Acesso em: 15 mar. 2026.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias. *Currículo do sistema de currículos Lattes*. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/7449936180938632. Acesso em: 15 mar. 2026.

NOTAS

[1] Dados disponíveis no link: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos.

[2] Embora a identificação e a escuta direta dos(as) autores(as) das obras didáticas aqui analisadas configurassem, em termos ideais, uma estratégia particularmente fecunda para a compreensão da autoria e da autoridade enquanto práticas situadas no interior do processo de produção editorial, essa possibilidade revelou-se, no plano empírico da investigação, consideravelmente restringida. As tentativas de contato com autores(as) e editores(as) resultaram, de modo reiterado, em um silêncio eloquente que, longe de constituir mero obs-

táculo metodológico, revelou-se sintomático do próprio modo como a autoria no livro didático é institucionalmente mediada e diluída em estruturas editoriais e burocráticas mais amplas.

[3] Doravante iremos designá-los de: Dimensões; Cenários; Conexões e Diálogo, respectivamente.

[4] Doravante iremos designá-la de Multiversos.

[5] A noção de veridicção, em Foucault (2008), permite compreender a verdade não como um dado exterior às relações históricas e sociais, mas a partir das condições que tornam determinados discursos reconhecíveis e aceitáveis como verdadeiros. Nessa perspectiva, a análise não se limita a verificar se um enunciado é verdadeiro ou falso, mas procura interrogar os mecanismos, as regras e as práticas que autorizam certos sujeitos e determinados conhecimentos a ocuparem o lugar da verdade. Trata-se, portanto, de investigar historicamente como se constituem os critérios de legitimidade de um saber e quais relações de poder participam dessa constituição. Aplicada ao campo educacional, essa perspectiva possibilita problematizar o currículo e o livro didático não apenas pelo conteúdo que apresentam, mas também como espaços de seleção e legitimação de conhecimentos, nos quais determinadas interpretações do passado adquirem autoridade e passam a operar como conhecimento histórico escolar. Ver: FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

[6] No âmbito do PNLD/2021, a editora Moderna Ltda., responsável pelo livro de volume único *Conexões*, registrou uma tiragem de 753.704 (setecentos e cinquenta e três mil, setecentos e quatro) exemplares, correspondente ao montante de R$ 2.622.889,92 (dois milhões, seiscentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos). Esse quantitativo posicionou o livro didático como a terceira maior em número de exemplares distribuídos entre as obras analisadas. Ver dados disponíveis no link: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos.

[7] Para mais informações sobre o Programa, acesse: https://pos.uel.br/historiasocial/linhas-de-pesquisa/.

CC BY

Artigo submetido em 1º de maio de 2026.
Aceito em 28 de junho de 2026.